

Desenvolvimento sustentável e gênero: mulheres protagonistas na produção de alimentos¹

Gender and sustainable development: protagonist women in food production

Maria Cecília Pilla

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba – Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-6526-8249>

Cilene da Silva Gomes Ribeiro

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba – Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-1899-4408>

Taciane Eloisa de Camargo

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba – Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0009-0003-2142-7206>

Resumo: Iniciativas de agricultura urbana, como hortas comunitárias primam por mobilizar a comunidade para transformar espaços muitas vezes degradados e ociosos em espaços saudáveis que fornecem as mais diversas hortaliças. As hortas oferecem espaço de convivência e reconexão com a natureza, ao mesmo tempo que dão aos participantes autonomia para atender suas próprias necessidades e melhorar a qualidade de vida. A incorporação das ações de produção e plantio de hortas urbanas comunitárias e de uma culinária saudável, contribui para a promoção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituída pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituída pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 que fomenta a soberania e segurança alimentar e nutricional, direito à alimentação adequada e saudável, estruturação e fortalecimento dos sistemas sustentáveis e uso sustentável dos recursos naturais. Esses atos também podem servir como exemplo para a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana. Nessa direção, o objetivo da pesquisa é analisar os processos históricos, econômicos e socioculturais que engendram a dimensão de gênero

¹ O trabalho contou com fonte de financiamento da Fundação Araucária e do CNPq

que permeia a questão do desenvolvimento sustentável e a emancipação de mulheres em situação de vulnerabilidade. Para desenvolver esta questão, é necessário a incorporação da mulher no contexto dos debates de desenvolvimento sustentável. Existe a demanda da mulher em alcançar a igualdade legal, política e social, através de sua inclusão no esboço de políticas públicas, que reflita em uma melhoria de posição frente a desigualdade na relação entre os gêneros, permitindo assim seu empoderamento, reduzindo a vulnerabilidade em que está inserida.

Palavras-chave: Horta Urbana; Gênero; Mulher; Desenvolvimento Sustentável; Divisão Sexual do Trabalho.

Abstract: Urban agriculture initiatives, such as community gardens, excel in mobilizing the community to transform spaces that are often degraded and idle into healthy spaces that provide the most diverse vegetables. The gardens offer a space for coexistence and reconnection with nature, while giving participants autonomy to meet their own needs and improve their quality of life. The incorporation of actions for the production and planting of urban community gardens and healthy cuisine contributes to the promotion of the National Policy on Agroecology and Organic Production, instituted by Decree No. 7.794, August 20, 2012, and the national policy of Food and Nutrition, instituted by Decree No. 7,272, of August 25, 2010, which promotes sovereignty and food and nutritional security, the right to adequate and healthy food, structuring and strengthening of sustainable systems and the sustainable use of natural resources. These acts can also serve as an example for the implementation of the National Urban Agriculture Policy. In this direction, the objective of the research is to analyze the historical, economic and sociocultural processes that engender the gender dimension that permeates the issue of sustainable development and the emancipation of women in vulnerable situations. To develop this issue, it is necessary to incorporate women in the context of sustainable development debates. There is a demand from women to achieve legal, political and social equality, through their inclusion in the outline of public policies, which reflects in an improvement in their position in the face of inequality in the relationship between genders, thus allowing their empowerment, reducing vulnerability in that is inserted.

Keywords: Urban Garden; Gender; Woman; Sustainable development; Sexual Division of Labor.

Introdução

A Organização das Nações Unidas – ONU, em outubro de 2021, reconheceu que ter o meio ambiente limpo, saudável e sustentável é um direito humano (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021). Portanto, o desenvolvimento sustentável é uma possível resposta à crise socioambiental, onde se busca o equilíbrio entre as esferas ambiental, social e econômica. Deste modo, considera-se o desenvolvimento sustentável um processo plausível e natural dos seres vivos (CAVALCANTI, 2012), englobando questões como preservação e conservação ambiental, mudanças climáticas, padrões

de produção e consumo, justiça social, educação, saúde, segurança alimentar, erradicação da pobreza, geração de trabalho e renda, distribuição equitativa dos benefícios provenientes do desenvolvimento econômico, igualdade social, de raça e de gênero, entre outros (CAVALCANTI, 2012).

Pode-se assim constatar que a agricultura urbana pode ser realmente útil na estratégia do alcance às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente os ODS 1 (Erradicação da Pobreza – acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares), e ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável – acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável) (ONU, 2015).

Iniciativas de agricultura urbana, como hortas comunitárias primam por mobilizar a comunidade para transformar espaços muitas vezes degradados e ociosos em espaços saudáveis que fornecem as mais diversas hortaliças. As hortas oferecem espaço de convivência e reconexão com a natureza, ao mesmo tempo que dão aos participantes autonomia para atender suas próprias necessidades e melhorar a qualidade de vida (BORGES, 2019)

No contexto da segurança alimentar, segundo relatório do II VIGISAN (2022)², a fome está presente em 19,3% das famílias chefiadas por mulheres: revelando uma importante diferença entre gêneros, pois o percentual é reduzido em 11,9% quando o quadro é de homens nessa posição.

A incorporação das ações de produção e plantio de hortas urbanas comunitárias e de uma culinária saudável, contribui para a promoção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituída pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituída pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 que fomenta a soberania e segurança alimentar e nutricional, direito à alimentação adequada e saudável, estruturação e fortalecimento dos sistemas sustentáveis e uso sustentável dos recursos naturais. Esses atos também podem servir como exemplo para a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana.

Nessa direção, o objetivo da pesquisa é analisar os processos históricos, econômicos e socioculturais que engendram a dimensão de gênero que permeia a questão do desenvolvimento sustentável e a emancipação de mulheres em situação de vulnerabilidade. Para desenvolver esta questão, é necessário a incorporação da mulher no contexto dos debates de desenvolvimento sustentável. Existe a demanda da mulher em alcançar a igualdade legal, política e social, através de sua inclusão no esboço de políticas públicas, que reflita em uma melhoria de posição frente a desigualdade na relação entre os gêneros, permitindo assim seu empoderamento (NAZAR & ZAPATA, 2000), reduzindo a vulnerabilidade em que está inserida.

As questões que norteiam o estudo procuram compreender: como mudam os padrões da divisão sexual do trabalho ao instrumentalizar novos padrões de uso de recursos para produção de

² II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil

alimentos? Qual o papel das hortas na construção da emancipação de mulheres em situação de vulnerabilidade?

Para tanto, explora-se o conceito de divisão sexual de trabalho exposto por Gerda Lerner (2020). A pesquisa baseia-se nos estudos de Ângela Maria Ribeiro da Silva Morais Abreu (2012), que trabalha a noção de que as hortas urbanas são fontes de provisão de alimentos, ao passo que a agricultura urbana que se encontra em grandes centros urbanos, que quanto mais desenvolvidos, mais alimentos demandam. Por meio dos pensamentos de Carlos Marés (2021), aborda-se a importância da função social da terra, ou seja, a ideia de que uma propriedade deve desempenhar um papel social.

Revisão da Literatura

Manuela Magalhães (2001) define horta como um terreno cercado, de pequena extensão, que tem como objetivo o cultivo de legumes, hortaliças, plantas ornamentais e árvores fruteiras. Segundo a autora, as hortas urbanas são de elevada riqueza biológica com inúmeras funções benéficas para a cidade, mas em geral a sua dimensão está condicionada pela disponibilidade de terrenos, que normalmente é pequena.

Em sua tese de doutorado Rute Pinto (2007) apresenta os múltiplos usos destinados para as hortas urbanas:

Espaços verdes, que descongestionam o ambiente da cidade, proporcionam entre outros benefícios, a melhoria do ambiente natural, permitindo a infiltração de água, a renovação do ar, a reciclagem de resíduos orgânicos (compostagem), representando espaços alternativos mas complementares ao espaço verde tradicional, podendo-se também constituir como jardins agrícolas; Espaços de alimentação, onde os habitantes da cidade podem obter de forma simples e rápida, os produtos que habitualmente consomem na sua alimentação, permitindo o autoabastecimento de produtos frescos e, se se tratar de agricultura biológica, de produtos sãos; Espaços de economia, onde aqueles podem de forma econômica obter alimentos e assim aumentar a respectiva renda; Espaços de lazer e recreio, para os momentos de descontração, convivência, facilitando a integração social (PINTO, 2011, p. 17).

Pinto (2007), afirma que as hortas urbanas representam um elemento fundamental a ser considerado no espaço urbano, pois combinam três aspectos fundamentais do desenvolvimento sustentável: justiça social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental, de modo que podem dar uma contribuição significativa para o desenvolvimento sustentável de qualquer cidade.

A relação entre a mulher e a produção de alimento é abordado pela Emma Siliprandi (2012), a autora aponta que a responsabilidade de cuidar da família, como obter e preparar alimentos, está intimamente ligada à identidade social da mulher, no meio agrícola, ela também é responsável pela produção direta através de hortas, pequenos animais, transformação de produtos como queijo e pão. Ainda assim, segundo a autora, em muitos países as mulheres estão construindo experiências alternativas com produção ecológica, distribuição e consumo de alimentos nos centros urbanos. As

autoras Marina Castelo Branco e Flávia de Alcantara (2011) defendem que a preponderância do trabalho feminino nas hortas e na produção agrícola urbana podem ser vistas como uma forma de complementar a renda e fortalecer a identidade das mulheres.

Esther Esteves (2017) postula que o sistema agrícola assenta numa lógica capitalista, e este sistema sustenta não só na sobreposição de interesses privados às necessidades coletivas, mas também numa lógica segregacionista e patriarcal que invisibiliza as ações das mulheres, as desvaloriza e as subordina. A autora defende que a desigualdade entre mulheres e homens promove a negação do acesso dessas mulheres à terra, aos recursos e, especificamente, à educação e à tomada de decisões, o que causa e reforça as desigualdades sociais (ESTEVES, 2017).

De encontro com o pensamento de Esteves, María Igenes Paulilo (2009) apresenta a diferenciação entre trabalho "produtivo" e "não produtivo" ligada à dicotomia entre "público" e "privado", que tradicionalmente atribuiu aos homens a esfera pública com base na definição do papel de provedor e as mulheres à esfera privada, ou seja, a responsabilidade pela manutenção do lar e cuidado dos filhos como forma de retribuição pelo sustento financeiro do marido. Essa divisão criou a noção de "homem provedor" e "mulher cuidadora", justificando assim a divisão sexual do trabalho.

Segundo Silvia Federici (2017, p. 213), "a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista". Atualmente, o estudo da divisão sexual do trabalho assume novas vertentes, algumas das quais procuram analisar a ideia de complementaridade ou conciliação entre os sexos. Desta forma:

A divisão sexual do trabalho pode ser investigada com base na ideia de complementaridade entre os sexos, ou na ideia de uma conciliação dos papéis. Para Hirata, a divisão sexual do trabalho pode tomar quatro formas: i) a forma de um modelo tradicional (mulheres cuidadoras e homens provedores); ii) a forma de um modelo de conciliação (as mulheres conciliam a vida profissional com a vida familiar); iii) modelo de parceria (mulheres e homens compartilham tarefas domésticas e cuidados da família); e iv) a forma de um modelo da delegação (mulheres delegam a outras mulheres suas atividades domésticas, o que ameniza a contradição e a tensão na vida do casal). (SOUSA; GUEDES, 2016).

Danièle Kergoat e Helena Hirata (2007) define teoricamente a trindade divisão sexual do trabalho, gênero e trabalho de cuidado, e analisa como tal perspectiva consegue desafiar a ordem e a memória instituídas.

Como a divisão do trabalho por gênero não é um fato rígido e imutável diversas configurações socialmente determinadas dessa divisão foram sendo modificadas ao longo da história. Porém, a partir da inclusão ilimitada da mulher no mercado de trabalho, estabeleceu-se uma nova configuração da divisão sexual, onde a quantidade de trabalho (produtivo e reprodutivo) não era compartilhada com os homens. Com base em desigualdades socioeconômicas muito bem demarcadas entre si, as mulheres dividiam sua percepção de sobrecarga de cuidado sem alterar sistematicamente a dinâmica de trabalho para os homens. Uma mulher comprometida com o

mercado produtivo delega seus (considerados) deveres reprodutivos a outra mulher cujas características socioeconômicas e raciais serão muito distantes das suas (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Materiais e Método

O estudo teórico foi realizado através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Trata-se de uma pesquisa transversal, de cunho quali-quantitativa, realizada a partir de espaços de produção de alimentos, hortas e lavouras urbanas, indicados pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Curitiba.

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada nesta pesquisa parte-se de uma revisão bibliográfica que é o primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o objetivo de revisar a literatura existente e não repetir o objeto de estudo ou experimentação. (MACEDO,1994).

Vera Boccato (2006), postula:

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (p. 266).

O estudo de campo envolve a interação entre as abordagens qualitativa e quantitativa, onde as coletas de tais dados estão sendo realizadas com toda comunidade de hortelãs que aceitar participar da pesquisa. Nesse sentido, está sendo aplicada a técnica de entrevista semiestruturadas, a partir de roteiro de entrevista pré-elaborado para a pesquisa.

Em relação as pesquisa quali-quantitativa, segundo Creswell e Clark (2007) representam uma tipologia voltada para as ciências sociais. Para sistematizar o uso da pesquisa quanti-qualitativa, os autores definem quatro proposições metodológicas de abordagem mista: *triangulação*, que busca comparar e contrastar dados estatísticos com dados qualitativos obtidos simultaneamente; *embutido*, no qual um conjunto de dados (quantitativos) suporta outros dados (qualitativos) ou vice-versa, ambos também obtidos simultaneamente; *explicatório*, em que dados qualitativos são usados para explicar resultados quantitativos ou vice-versa; e *exploratório*, cujos resultados qualitativos contribuem para o desenvolvimento de um método quantitativo posterior.

A população de estudo é composta por mulheres (acima de 18 anos), usuárias ativas das hortas e lavouras urbanas de Curitiba (PR). O acesso às participantes se deu mediante contato direto com os usuários, nas instalações das respectivas hortas urbanas. Após apresentação e comunicação sobre o propósito e procedimentos da pesquisa, os indivíduos são convidados e confirmados à participação no estudo mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O

estudo envolve a interação entre abordagens quantitativa e qualitativa relativas ao problema de pesquisa.

A coleta de dados ocorre nos ambientes das hortas, de acordo com a disponibilidade das hortelãs, em um ambiente reservado, de modo individualizado, na presença apenas do participante e pesquisadores de campo.

Os relatos foram gravados para posterior transcrição e também são registrados manualmente (durante o processo de aplicação do questionário), utilizando o questionário impresso e uma caneta.

A pesquisa em questão foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUCPR, sob o protocolo número 5.441.143.

Resultados

Descrevem-se a seguir, os primeiros resultados obtidos na coleta de dados bibliográficos acerca da divisão sexual do trabalho e do papel do desenvolvimento das hortas urbanas como ferramentas para um destino social de propriedades antes vazias.

A partir de dados sistematicamente coletados, conforme o método descrito acima se pode verificar que o homem primitivo foi deixando de ser caçador-coletor para fixar-se no solo, tornando-se agricultor. Nesse contexto, o homem começa a plantar, produzir alimentos, construir casas, proteções, fortificações, e domesticar animais (SOUSA, 2018). Percebendo que com o clima da época em que as mulheres tinham que ser mães, amamentando e grávidas, e com os homens fazendo grandes caçadas que podiam durar dias, não havia nada mais natural do que caçar animais menores entre mulheres e crianças. Estudos³ das mais diversas sociedades de caçadores-coletores mostram que as mulheres contribuem com uma média de sessenta por cento da comida de todos os membros de grupos de caçadores-coletores – e o clima não é tão desfavorável quanto era há dez milênios. Portanto, é difícil argumentar, sem referência aos valores contextuais androcêntricos contemporâneos, que uma primitiva divisão sexual do trabalho, mesmo que existisse, se tornou pilar de um sistema político de dominação como o patriarcado (LENNER, 2020).

A subjugação da *natureza* e sua separação e hierarquização do *homem*, assim como sua nomeação, vem sendo explorada há décadas nos estudos feministas, subalternos, étnico-raciais e decoloniais como uma das proposições do conhecimento, uma força nociva para a própria humanidade. Isso porque, é usado principalmente como base social, política e ideológica para hierarquia, escravização e subordinação entre humanos e entre *humanos e natureza* (MORAES, 2020).

Sherry Ortner (1979) reforça a cristalização do pensamento de que *está o homem para cultura, assim como a mulher para natureza* e, usa essa reivindicação como base para a subjugação

³ Como registra Richard Lee (1989), os homens produzem cerca de 44% e as mulheres 56% da quantidade calórica dos produtos trazidos para o acampamento.

das mulheres e da natureza em várias sociedades. Segundo a autora, a subordinação comum das mulheres nas diferentes sociedades existe a partir *da identificação e comparação das mulheres com o que é inferior nas culturas*, de modo que o comum inferior, generalizado nas diferentes sociedades, é a *natureza*. As mulheres, como a natureza, estariam sob o domínio da tecnologia e da masculinidade (ORTNER, 1979).

A dicotomia entre trabalho produtivo e reprodutivo se constitui à luz de outro binômio constituído no pensamento e nas normas políticas desde a modernidade: espaço público e espaço privado. Assim, o espaço público é o lugar para o trabalho produtivo e o espaço privado, um espaço de intimidade e um lugar para atividades domésticas e de cuidado (MIGUEL; BIROLI, 2014). Com uma abordagem mais profunda do tema, é possível destacar, em primeiro lugar, a construção social e política da invisibilidade feminina nas narrativas ao longo da história devido às dinâmicas patriarcais e capitalistas de divisão sexual do trabalho, setorizando a participação de homens e mulheres em ambientes públicos e privados, respectivamente (TAVARES; MINUZZO; DOS SANTOS, 2021).

Ao investigar os espaços que são destinados às hortas urbanas, entende-se que o meio ambiente diante das mudanças induzidas pelo homem apresenta maior ou menor fragilidade, e qualquer alteração nos diversos componentes da natureza (relevo, solo, vegetação, clima e recursos hídricos) causa um comprometimento da funcionalidade do sistema, uma violação de seu estado de equilíbrio dinâmico. Diante desse problema, são várias as atividades humanas que foram criadas para melhorar a situação socioeconômica e trazer mais comodidade para as pessoas, como por exemplo, a construção de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica por cabos aéreos (OTTMANN, 2010). Ottmann (2010), afirma que as construções das Linhas de Transmissão (LT) acarretam diversos impactos, como os causados pelos campos elétricos⁴ e as consequências das LTs sobre o os ecossistemas.⁵

A autora Michele Ottmann (2010), destaca além dos impactos listados acima outros importantes efeitos das Linhas de Transmissão, vista que influencia o aumento de violência, marginalidade (vandalismo) e questões ambientais como acúmulo de lixo. Diante do exposto, a Eletrosul Centrais Elétricas S.A., juntou-se à Prefeitura Municipal de Curitiba e estabeleceram uma cooperação para a efetuação de hortas comunitárias sob as de linhas de transmissão de energia elétrica (LTs).

Considerando que as grandes metrópoles são populosas e tem uma margem considerável dessa população em situação de fome e/ou insegurança alimentar, a agricultura urbana é uma ferramenta na contribuição da redução da pobreza e da fome (ABREU, 2012). Ao produzir seu alimento, que será consumido e, portanto, fonte de alimentação e redução da fome, há também a

⁴ A energização da linha produz um campo elétrico nas imediações da faixa de servidão, e seu principal efeito está ligado à indução de cargas elétricas sobre pessoas ou objetos situados nesta área (OTTMANN, 2010, p.87).

⁵ Os impactos provocados pelas LT sobre os solos estão ligados ao desmatamento necessário à abertura de praças, servidões, estradas de acesso, e os movimentos de terra relativos às fundações e às próprias estradas de acesso, além da circulação de equipamentos pesados (OTTMANN, 2010, p.87)

possibilidade da venda e/ou troca de alimentos, gerando recursos para os hortelões. As hortas urbanas conectam os setores da agricultura, da economia, do social, do bem-estar, da segurança alimentar, do meio ambiente e da ecologia.

Segundo dados, divulgados pela Prefeitura Municipal de Curitiba e da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional: há na cidade de Curitiba 44 hortas urbanas; mulheres são titulares de 51% dos canteiros; 1175 pessoas são beneficiadas diretamente com as hortas; e o número de indivíduos que são atingidos indiretamente pelas ações é de aproximadamente 9160.

Apresenta-se, em seguida, brevemente dados coletados junto aos hortelões que atuam em quatro das hortas urbanas presentes em Curitiba, entrevistou-se 14 hortelões sendo 12 mulheres. três hortas acessadas se localizam da mesma região geográfica do município, o bairro do Tatuquara, na região sul da cidade. Iniciou-se pelo bairro do Tatuquara, no intuito de analisar a dinâmica das hortas em uma região periférica. Em relação ao bairro, o local permaneceu em grande parte rural até o final do século XX, quando o distrito começou a crescer, rápida e significativamente, a partir da década de 1990. A partir daí, começaram a aparecer os problemas característicos das periferias das grandes cidades, como empregos irregulares, altos índices de criminalidade e falta de infraestrutura urbana (DE OLIVEIRA; BAPTISTA, 2015).

Ao analisar o número de mulheres que são titulares dos canteiros das hortas, a partir de relatórios oferecidos pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar, secretaria responsável pelas hortas urbanas no município de Curitiba, nota-se que há um equilíbrio entre os sexos e a distribuição das terras para cultivo. No entanto, no contato com as hortelãs se percebe, pelas narrativas, que a realidade material é diferente dos números oficiais:

Esse canteiro está no nome do meu marido, mas sou eu que lido com a terra. Acontece muito isso, o canteiro da vizinha também está no nome do marido e ela e a filha que cuidam da produção, e assim se repete com a maioria das mulheres que estão aqui. (Entrevistada H.R. Idade não declarada)

Verifica-se, pela fala da entrevistada que, possivelmente, o número de homens que são titulares dos canteiros nas hortas urbanas não reflete a realidade do cultivo, pois são muitas vezes as esposas que ficam com o trabalho da produção. Segundo Silvia Federici (2004), a maior dedicação de mulheres na questão da produção de alimentos está alicerçada no sistema capitalista, sustentado pela relação de subordinação na natureza e sua identificação com as mulheres. Os termos usados por esta autora combinam tanto tarefas domésticas cotidianas (trabalho doméstico) quanto a centralidade para a reprodução da humanidade (trabalho reprodutivo), que também se concentra em discutir a divisão sexual do trabalho.

Em *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017), Federici ressalta que o trabalho de homens e mulheres eram importantes para o sustento da família no período do feudalismo. Ou seja, mulheres eram encarregadas por cozinhar, lavar, manter a horta, assim como trabalhavam nos campos com os homens. Deste modo, afirma Federici as “atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferente das dos homens” (2017, p. 53).

Friedrich Engels (1984) postula que as diferenças de gênero precederam o modo de produção capitalista, segundo o autor “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (p. 70-71). O autor, destaca que a primeira oposição de classes que surgiu na história harmoniza com o processo de desenvolvimento do antagonismo que surge na monogamia, assim como a primeira subjugação de classe, nasce com a submissão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 1984).

A ideia de divisão sexual do trabalho é identificada nas falas das mulheres hortelãs, ao constatar que são a maioria no processo de produção dos alimentos:

A mulher tem mais jeito para cuidar da terra, homem já não. (Entrevistada H.R. Idade não declarada)

Meu marido não tem paciência para ficar na horta, eu gosto, me lembra da infância na roça. (Entrevistada J.P.R 56 anos)

Acho que tem muito mais mulher que homem aqui, a mulherada é ‘porreta’! É a mulher que se preocupa com os cuidados de casa. (Entrevistada M.V.A 45 anos)

Segundo Helena Hirata (2002), considera-se a divisão sexual do trabalho como uma condição atrelada à divisão social do trabalho, e o âmbito da opressão/dominação está profundamente ligada a ela. Ou seja, a divisão social tecnicista do trabalho é assistida por uma hierarquia marcada pela perspectiva das relações sexuais de poder. Deste modo, a divisão sexual do trabalho é inerente as relações sociais entre homens e mulheres (HIRATA, 2002).

Silvia Federici postula que a *acumulação originária*⁶ foi:

também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a ‘raça’ e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno (2017, p. 119).

Segundo a autora, a construção dessas diferenças deve-se à gradual separação entre trabalho produtivo e reprodutivo: no novo sistema apenas a produção para o mercado é considerada produtiva, enquanto o trabalho reprodutivo – isto é, cujo objetivo é criar e manter a vida (e, portanto, a força de trabalho) perdeu seu valor do ponto de vista econômico. Mais importante ainda, a reprodução tornou-se um atribuído exclusivamente às mulheres na esfera doméstica, como um atributo natural das mulheres uma certa feminilidade⁷ (FEDERICI, 2017).

Portanto, o processo de acumulação primitiva e expropriação das terras dos agricultores, especialmente das terras coletivas, foi particularmente prejudicial para as mulheres. Para as mulheres, foi reservado os papéis (ditos vocacionais e naturais) de criar e manter esse trabalhador sem remuneração (ou remuneração mínima quando o trabalho é realizado na casa de outra pessoa),

⁶ Processo político de reestruturação social e econômica fundacional do sistema capitalista. (MARX, 2016)

⁷ Deste modo, “a transição do para o capitalismo é uma questão primordial para a teoria feminista, já que a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher nesse período, ambas realizadas com a máxima violência e intervenção estatal, não deixam dúvida quanto ao caráter construído dos papéis sexuais na sociedade capitalista.” (FEDERICI, 2017, p. 30).

aumentando sua dependência em relação ao seu marido e as oculta como trabalhadoras. Principalmente, essa divisão sexual do trabalho permitiu que o capital obtivesse muito trabalho de graça, inevitavelmente desvalorizando a força de trabalho e os salários reais (FEDERICI, 2017).

A questão da terra, sua apropriação capitalista e as consequências sociais dela resultantes permanecem, portanto, centrais para a dinâmica da acumulação capitalista contemporânea. E assim como no nascimento do capitalismo, as mulheres continuam sendo particularmente afetadas por ele. Segundo dados da ONU⁸, as mulheres representam mais de 40% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento. Conforme Silvia Federici,

Agências internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ignoraram muitas vezes as dificuldades apresentadas pela mensuração do trabalho de subsistência; por outro lado, reconheceram que essa mensuração depende da definição adotada. (...) Não é fácil, então, avaliar precisamente, tendo como referência as estatísticas disponíveis, quantas pessoas, e quantas mulheres em particular, estão envolvidas na agricultura de subsistência. Mas está claro que é um número significativo. Na África subsaariana, por exemplo, de acordo com a FAO, “as mulheres produzem até 80% de todos os alimentos básicos para o consumo doméstico e para o comércio”. Considerando que a população da África subsaariana é de cerca de 750 milhões de pessoas, e que uma grande porcentagem é composta de crianças, isso significa que mais de cem milhões de mulheres africanas devem ser agricultoras de subsistência. Como diria o slogan feminista: “as mulheres sustentam mais da metade do céu” (FEDERICI, 2019a, p. 280-81).

Ao sair da esfera da produção para a do preparo dos alimentos, a pesquisa indica que as hortelãs entrevistadas afirmam que são as responsáveis pelo preparo do alimento em suas residências. No entanto, notou-se que o homem que respondeu que preparava as refeições em casa também residia sozinho, pois o hortelão casado atribuiu a sua esposa a tarefa de cozinhar. O fato de a mulher ser majoritariamente encarregada do preparo dos alimentos é, segundo Federici (2017), produto da domesticação das mulheres, ou seja, nesse processo a cozinha passou a ser o local que elas mais ocupavam.

As hortas urbanas correspondem à um espaço de coletividade e os hortelões desenvolvem entre si uma dinâmica própria. Quando questionados se confiariam em deixar seu produto para outro hortelão da horta vender, as respostas afirmativas foram maioria, onde apenas um hortelão respondeu negativamente.

Percebe-se que o ambiente da horta é permeado pela noção de comunidade:

Eu já deixei os produtos com a vizinha quando precisei, ela depois me passa os valores da venda. (Entrevistada R.S. 47 anos)

Quando a colega não pode ‘vim’ eu rego o canteiro dela também (Entrevistada M.V.A 45 anos)

⁸ FAO. **The role of women in agriculture**. ESA Working Paper No. 11-02, mar. 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/3/am307e/am307e00.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023. P. 03.

Se eu tenho alface e quero couve, eu troco com quem tem... se eu sei que a 'fulana' vai viajar eu cuido dos 'canteiro' dela. (Entrevistada E.R.Z. 64 anos)

Segundo Bauman (2003), a palavra comunidade evoca um sentimento bom, de pertencimento, um ideal de segurança, sendo aquilo que falta às pessoas e que as completaria. O autor defende que devido à impossibilidade de encontrar comunidade, uma nova forma de compreensão de segurança ganha importância: o conceito de identidade. A identidade é um substituto contemporâneo para a comunidade. Inclui a individualidade com a adesão ao grupo ou estilo de vida (BAUMAN, 2003). Portanto, aplicando a teoria de Bauman, as hortas urbanas criam um vínculo de identidade entre os hortelões que configuram uma noção de comunidade e coletividade entre eles.

As hortas urbanas representam um recurso financeiro para as horteloas do bairro Tatuquara, todas as entrevistadas responderam que ocorre a venda dos produtos excedentes. Por se tratar de um bairro periférico as vendas das hortaliças são a garantia de uma maior qualidade de vida para essas mulheres, ou seja, é um meio de ter uma emancipação financeira:

Do que eu planto aqui, o que sobra eu vendo... assim garanto um dinheirinho extra 'né'? (Entrevistada J.P.R. 56 anos)

Não sou aposentada, meu filho trabalha e o que eu tiro aqui com a venda da horta ajuda lá em casa (Entrevistada M.O.F 66 anos)

Aqui a gente doa para os parentes, consome lá em casa e ainda vendo o que sobra. (Entrevistada J.S. 43 anos)

Verifica-se, por meio das falas das mulheres entrevistadas, que o consumo de verdura e legumes é influenciado pelo acesso à horta. Assim, nota-se que há uma melhora na alimentação nas famílias que possuem canteiros.

Em um segundo momento, buscando analisar o contraste social entre distintos pontos geográficos da cidade, o estudo foi realizado em uma horta urbana localizada no bairro Santa Felicidade, ao noroeste da cidade e na divisa com a cidade de Almirante Tamandaré. Segundo Braid (1978), a origem de Santa Felicidade se deu no final do século XIX, no ano de 1877, quando 15 famílias de um total de 900 imigrantes saíram do porto de Gênova, na Itália, para o Brasil. Essas 15 famílias foram responsáveis e pioneiras na criação do bairro. O bairro, que corresponde à uma área nobre do município, apresenta monumentos que são reconhecidos tanto pelos curitibanos quanto por muitos turistas. Nesta região estão localizados o Parque Barigui, Parque Tingui, Bosque Alemão, Bosque Italiano, Memorial Ucraniano e Portal Santa Felicidade. Também nesta região há forte presença da cultura oriunda dos imigrantes italianos. O bairro de Santa Felicidade se destaca, com seus tradicionais restaurantes italianos, que são visitados diariamente pelos turistas (CARDOSO, 2018).

A horta do bairro Santa Felicidade, ao contrário das localizadas no Tatuquara, não apresenta uma função comercial:

Tudo que eu produzo aqui eu consumo ou vira doação, não acho certo vender. (Entrevistada E.R.Z. 64 anos)

A maioria aqui são senhoras aposentadas que desfrutam da horta como uma forma de distração (Entrevistado M.V. 35 anos)

A realização da horta foi um pedido da Associação de Moradores Amigos da Vila Real ao Centro de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Felicidade, com o objetivo de aproveitar da melhor forma um espaço urbano vazio e melhorar a qualidade da alimentação, ao mesmo tempo em que trata da saúde emocional e do emprego social da comunidade local (PREFEITURA DE CURITIBA, 2022).

A procura por uma ocupação para o terreno vazio, demonstra a preocupação dos moradores com os riscos que o espaço inutilizado pode acarretar para a região. Muitas vezes, esses ambientes, se tornam depósitos de lixo e entulho que pode causar vários problemas devido ao acúmulo de lixo e detritos e crescimento de ervas daninhas. Destaca-se, o aumento de violência e marginalidade que é afetado pelos terrenos baldios (OTTMANN, 2010).

Um ponto em que os dois bairros são convergentes é na faixa etária, todos os hortelões têm idade acima de 30 anos. A média de idade dos hortelões entrevistados nas quatro hortas é de 53 anos, nota-se que há uma resistência de pessoas jovens ao trabalho agrícola.

Discussão

A horta urbana desempenha um papel importante no município de Curitiba, ao olhar precisamente para as hortas de bairros vulneráveis da cidade – nesse estudo representado pelo bairro do Tatuquara – há uma função social⁹ atribuída a elas. Deste modo, ao transformar um terreno antes abandonado em canteiros para cultivo de hortaliças, também está ressignificando o papel social da terra.

Os terrenos que são desguiados para a implementação das hortas urbanas têm como principal característica as construções das torres de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica, que impossibilita a construção de casas no local. Esses espaços são muitas vezes utilizados como depósito irregular de lixo, que acarreta em poluição do solo e proliferação de doenças. Ao analisar as questões socioeconômicas de bairros periféricos, os terrenos vazios também oferecem perigo para a segurança da comunidade em seu entorno (OTTMANN, 2010).

Verifica-se, diante das narrativas dos hortelões, que após a instalação das hortas urbanas os locais se tornaram mais seguros:

⁹ quando a introdução da ideia no sistema jurídico não altera nem restringe o direito de propriedade, perde efetividade e passa a ser letra morta. Embora embeleze o discurso jurídico, a introdução ineficaz mantém a estrutura agrária íntegra, com suas necessárias injustiças, porque quando a propriedade não cumpre uma função social, é porque a terra que lhe é objeto não está cumprindo, e aqui reside a injustiça. (SOUZA FILHO, 2021, p. 126)

Antes, quando não tinha a horta ainda, era tudo abandonado... era perigoso passar por aqui... depois que fizeram a horta melhorou bastante. (Entrevistada J.P.R. 56 anos)

As hortas espalhadas pela cidade chegam a ter até 100 famílias cuidando de seus canteiros, onde há uma predominância de mulheres desempenhando o papel de trato da terra. Esse fenômeno confirma o pensamento, equivocadamente, que as mulheres são naturalmente apitas para funções que envolvem a natureza. Tal pensamento é ferramenta de hierarquização que subjuga as mulheres em relação aos homens e atribuem historicamente uma inferioridade das mulheres e da natureza (ORTNER, 1979). Ou seja, a socialização impõe um pensamento que diminui a mulher frente aos homens e, portanto, condicionam tarefas que seriam inatas a mulheres. Desta forma, ao aproximar a mulher da natureza concomitantemente a distancia da cultura e da tecnologia, atribuindo essas habilidades aos homens.

As horteloas, condicionadas a essa socialização, tomam como natural o fato de que há mais mulheres no cultivo das hortaliças. Percebe-se que em muitos casos os titulares dos canteiros são os maridos, porém quem se responsabiliza pela produção dos alimentos das hortas são as esposas. Trata-se de uma dinâmica bem estabelecida de divisão sexual do trabalho, onde o homem exerce o papel de provedor, enquanto é destinado para as mulheres as tarefas de cuidado e reprodução social.

O ambiente das hortas urbanas reproduz em menor escala os processos e fenômenos socioculturais da sociedade. Deste modo, os depoimentos das horteloas evidenciam uma clara separação de tarefas entre mulheres e homens, as narrativas colocam as mulheres no lugar de produção e preparo de alimentos, enquanto o homem é responsável por tarefas que o colocam no papel de chefe da família. O trabalho de cuidado e reprodução social, com o advento do capitalismo, sofre um processo de invisibilidade e apagamento do seu valor (FEDERICI, 2017). As mulheres acabam desenvolvendo dupla ou até tripla jornada de trabalho, assim como as mulheres entrevistadas que relatam que após cultivar o alimento são elas também que vão para a cozinha e prepara a hortaliça que foi cultivada na horta.

A horta urbana se apresenta com uma ferramenta que auxilia na autonomia da mulher horteloa, quando por meio da venda dos produtos há uma nova fonte de renda para essa mulher. Assim sendo, o cultivo das hortaliças são, também, uma forma de emancipação ao proporcionar uma alternativa financeira. Há um sentimento de ver seu fruto, algo que você cultivou dando um retorno que auxilia sua família da forma econômica.

O sentimento de ver o empenho do seu trabalho se transformar em produtos que vão alimentar sua família, amigos, comunidade e ao mesmo tempo proporcionar um ganho financeiro é partilhando com suas colegas de canteiro, que carinhosamente são chamadas de 'vizinhas'. A horta é um universo particular para seus integrantes, o objeto desse estudo são as mulheres horteloas e com elas se percebe que há um vínculo criado com as demais agrícolas.

Nota-se que ao estudar a horta localizada em uma região privilegiada da cidadã há mudança dos sentidos atribuído para a horta urbana. Assim, a motivação financeira não existe e não é fator

de impacto na autonomia da mulher, ou seja, a horta tem uma função terapêutica para as mulheres que residem no bairro Santa Felicidade. Portanto, a função social que a horta urbana desenvolve da sociedade sofre influência da condição geográfica e socioeconômica do bairro em que se encontra.

Considerações finais

As hortas urbanas possuem um papel importante nas áreas mais vulneráveis da cidade. Promovem o acesso da população ao consumo de alimentos saudáveis e ao mesmo tempo contribuem ativamente para um desenvolvimento sustentável, ao ponto que recupera um terreno que estava em desuso e que frequentemente era contaminado com descarte irregular de lixo. Deste modo, mesmo em diferentes níveis de impacto social e ambiental e através de uma única categoria, hortas urbanas, mostrou-se relevante na concepção de soluções baseadas na natureza nas comunidades periféricas dos grandes centros urbanos.

A função da mulher no ambiente das hortas urbanas é direta na produção dos alimentos, há uma clara predominância feminina no cultivo das hortaliças. Esse fato é uma representação da construção social que aproxima a mulher e a natureza. Nota-se que as próprias mulheres reconhecem que existe uma separação de habilidades que são inerentes a ambos os sexos.

Reconhece-se que as dinâmicas estabelecidas nas dimensões de gênero apontam para uma divisão sexual do trabalho. A mulher é a responsável pela produção e preparo do alimento, exercendo o papel de reprodução social que é base para o sistema capitalista e patriarcal. Ao mesmo tempo, quando se trata das hortas presentes nas regiões periféricas, são essas mulheres que fornecem para sua família, parentes e comunidade uma alimentação mais saudável.

Nota-se que o excedente produzido nas hortas são uma alternativa de recurso financeiro para essas mulheres. Há uma resignificação do papel da mulher e da natureza, pois permite uma autonomia para elas. Nesse sentido, as hortas urbanas são espaços de comunidade e coletividade onde a mulher exerce seu protagonismo na produção dos alimentos.

Como último ponto, ressalta-se a importância de uma análise geográfica e socioeconômica das instalações, pois o estudo demonstra que há uma mudança no significado das hortas urbanas quando os parâmetros sociais dos territórios são divergentes. Em bairros nobres, por exemplo, a horta apresenta uma função de lazer para as hortelãs.

Referências

ABREU, Ângela Maria Ribeiro da Silva Moraes. **Hortas urbanas—contributo para a sustentabilidade. Caso de estudo: “Hortas comunitárias de Cascais”**. 2012. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Zahar, 2003.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo**, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BORGES, Isabella Nogueira. As hortas comunitárias urbanas e suas contribuições para a educação ambiental e a sustentabilidade: compreensões e experiências dos usuários da Horta Comunitária do Guará–DF. 2019.

BRAIDO, J. F. **O bairro que chegou num navio: Santa Felicidade, centenário**. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1978.

BRANCO, Marina Castelo; DE ALCANTARA, Flávia A. **Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? Horticultura brasileira**, v. 29, p. 421-428, 2011.

BRASIL. **Decreto** nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.

BRASIL. **Decreto** nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.

CARDOSO, JULIA C. P. SCHOLOCHUSKI. Curitiba e Desigualdade: sentidos de bairro e de cidade tecidos por crianças de regiões e contextos socioeconômicos diferentes. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 23 abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/9ZYvvpnFbwZWtCyzhd55nS/?lang=pt>. Acesso em: 01 mai. 2022.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2007.

DE OLIVEIRA, Marcia Maria Fernandes; BAPTISTA, Eduardo. Bairro Tatuquara-Curitiba/PR: uma abordagem socioambiental. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 8, n. 4, p. 8-19, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Trad. Leandro Konder. 9. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ESTEVE, Esther Vivas. O negócio da comida. **Quem controla nossa alimentação**, v. 1, 2017.

FAO. **The role of women in agriculture**. ESA Working Paper No. 11-02, mar. 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/3/am307e/am307e00.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução do coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva**. In: MORENO, R. (Org). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2014. p. 145-157.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019a.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Bontempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.

LEE, Richard B. **Politics, sexual and non-sexual, in an egalitarian society.** In: LEACOCK, Eleanor; LEE, R. (Eds.) *Politics and history in band societies.* Cambridge: The University Press, 1989.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** Editora Cultrix, 2020.

MACEDO, Neusa Dias de Macedo. Inicialização à Pesquisa Bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa/Neusa Dias de Macedo.-. **Revista—São Paulo: Edições Loyola**, 1994.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. **A arquitectura paisagista: morfologia e complexidade.** 2001.

MARÉS, Carlos. **A função social da terra.** Curitiba: Arte & Letra, 2021.

MARX, Karl. **O capital-Livro 1-Vol. 1 e 2: O processo de produção do capital.** Editora José Olympio, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política.** São Paulo: Boitempo, 2014. PAULILO, Maria Ignez. *Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo.* Florianópolis: UFSC, 2016. 383 p.

MORAES, Bárbara Moraes et al. ECOMAMOR: A GESTÃO COLETIVA DE MULHERES NA PRODUÇÃO DE HORTAS AGROECOLÓGICAS EM GOIÂNIA. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 3, 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Nações Unidas Brasil.** Meio ambiente saudável é declarado direito humano por Conselho da ONU. [S.l.]. Nações Unidas Brasil, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/150667-meio-ambiente-saudavel-edecclarado-direito-humano-por-conselho-da-onu>. Acesso em: 01 mai. 2022.

Nazar, A. & Zapata E. (2000). Las mujeres en el discurso del desarrollo. Desarrollo, bienestar y género: consideraciones teóricas. **Revista de Estudios de Género.** La Ventana, 11, 73-118.

ONU. BRASIL. **Transformando nosso mundo:** a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2015. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desensust/Agenda2030-completo-site.pdf. Acesso em 04 de março de 2023.

ORTNER, Sherry B. **Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?** In ROSALDO, Michelle Zimbalist & LAMPHERE, Louise (org.). 1979. *A mulher, a cultura e a sociedade*, 95-120. (Coleção O Mundo, hoje, 31) Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OTTMANN, Michelle Melissa Althaus et al. Impactos ambientais e sócio-econômicos das hortas comunitárias sob linhas de transmissão no bairro Tatuquara, Curitiba, PR, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 1, p. 86-94, 2010.

PAULILO, María Igenes. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v. 2, p. 179-202, 2009.

PINTO, Rute Sofia Borlido Fiúza Fernandes et al. Viabilidade ambiental das hortas urbanas enquanto espaços para o desenvolvimento sustentável. 2011.

PINTO, Rute Sofia Borlido Fiúza Fernandes. **Hortas urbanas: Espaços para o desenvolvimento sustentável de Braga**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal).

PREFEITURA DE CURITIBA, 2022. **Greca inaugura horta urbana, que leva comida saudável a famílias do Órleans**. Disponível em: < <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/greca-inaugura-horta-urbana-que-leva-comida-saudavel-a-familias-do-orleans/62632>> Acesso em: 28 jul. 2023.

REDEPENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN)**: relatório final. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>.

SILIPRANDI, Emma. **A ALIMENTAÇÃO COMO UM TEMA POLÍTICO DAS MULHERES**. Ariús, Campina Grande, v. 18, n. 1, p. 143-159, jun. 2012.

SOUSA, Josivânio Silva de et al. O ensino do sistema de numeração com ênfase em resolução de problemas, jogos e aplicações. 2018.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, p. 123-139, 2016.

TAVARES, Beatriz Carvalho; MINUZZO, Daniela; DOS SANTOS, Annah Bárbara Pinheiro. Protagonismo feminino e divisão sexual do trabalho no ambiente rural: Articulação do grupo de mulheres residentes e produtoras de café da comunidade Fazenda Alegria, Caparaó-ES. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 1, p. 97-113, 2021.

Sobre os autores:

Maria Cecília Pilla

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFP; docente convidada da Universidade Católica de Moçambique para o Doutorado em Humanidades; docente colaboradora no Programa de Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás – UFG; líder do Grupo de Pesquisas: História, Cultura e Política junto ao Cnpq. E-mail: ceciliapilla@gmail.com

Cilene da Silva Gomes Ribeiro

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR; docente titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. E-mail: cilene.silva@pucpr.br

Taciane Eloisa de Camargo

Graduanda do curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. E-mail: taciane.eloisa@pucbr.edu.br